

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O ENSINO-APRENDIZAGEM DA DISCIPLINA NAS UNIVERSIDADES DE CURITIBA E FERRARA

THE CULTURAL HERITAGE PRESERVATION AND THE TEACHING-LEARNING PROCESS OF CURITIBA AND FERRARA UNIVERSITIES.

Fernanda Cé Bogucheski¹

Leticia Gutierrez Prochmann²

Moara Zuccherelli³

RESUMO

O presente estudo relata as semelhanças e diferenças entre o percurso formativo das disciplinas relacionadas com a conscientização, conservação e restauro do patrimônio arquitetônico no ensino superior em Curitiba, Brasil e em Ferrara, Itália. O objetivo é demonstrar o quanto a graduação pode influenciar no compromisso real e no efetivo interesse de uma atuação responsável dos futuros arquitetos com a preservação do patrimônio cultural, que aqui se entende como testemunha viva de uma memória coletiva a ser transmitida de forma idônea às gerações futuras. A partir de uma análise comparativa direta entre as grades curriculares destes cursos de Arquitetura e Urbanismo buscamos elencar os pontos de destaque, positivos ou negativos, com relação ao tema patrimonial. Analisando as cargas horárias das disciplinas e os métodos de ensino de universidades públicas e privadas em Curitiba e da *Università degli Studi di Ferrara* - considerada atualmente a melhor universidade de arquitetura da Itália - e, por meio do levantamento quantitativo dos trabalhos de conclusão de curso que se referem ao tema do patrimônio, busca-se mapear o efetivo interesse despertado pela disciplina no corpo discente em relação aos demais campos de atuação do arquiteto.

Palavras-chave: Formação. Patrimônio arquitetônico. Grade Curricular. Curitiba. Ferrara.

ABSTRACT

The present study reports the similarities and differences between the formative course of the disciplines related to the awareness, conservation and restoration of the architectural patrimony in higher education in Curitiba, Brazil and Ferrara, Italy. The objective is to demonstrate how the degree can influence the real commitment and the effective interest of a

1 **Fernanda Cé Bogucheski** | Estudante de Arquitetura e Urbanismo pela PUC-PR e UNIFE | fernandacebogucheski@gmail.com | Curitiba PR

2 **Leticia Gutierrez Prochmann** | | Estudante de Arquitetura e Urbanismo pela PUC-PR e UNIFE | leticia.gprochmann@gmail.com | Curitiba PR

3 **Moara Zuccherelli** | Arquiteta. Professora de Arquitetura e Urbanismo na PUCPR | moara.zuccherelli@pucpr.br | Curitiba PR

responsible action of the future architects within the preservation of the cultural patrimony, that here is understood as living witness of a collective memory to be competently transmitted to the future generations. From a direct comparative analysis between the Architecture and Urbanism curricular grade, we seek to list the highlights, positive or negative, related to the patrimonial theme. Weighting the time loads of the disciplines and teaching methods of selected public and private universities in Curitiba and the Università degli Studi di Ferrara, currently considered the best university of architecture in Italy and, through a quantitative survey of the conclusion work thesis referred to the theme, it is finally sought to map the effective interest aroused by the discipline in the students compared to others.

Keywords: Graduation. Architectural Heritage. Curriculum. Curitiba. Ferrara.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir do ano de 2013, projetos de intervenção no patrimônio histórico, cultural e artístico, assim como a sua execução, são de atuação exclusiva de arquitetos e urbanistas, portanto estes profissionais devem ter consciência da sua importância no papel de preservação da história, por meio da salvaguarda dos bens históricos patrimoniais. Segundo um censo realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR), em 2015, com mais de 80 mil arquitetos e urbanistas, apenas 1,78% dos profissionais ativos, que emitem Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) no país desenvolvem projetos relacionados ao patrimônio histórico.

Neste artigo partimos do pressuposto de que a formação de base do arquiteto - ou seja, a graduação - está conectada diretamente às escolas que o futuro profissional fará, uma vez que é a oportunidade onde ele fundamentará as bases teóricas e projetuais que influenciarão suas ações futuras, assim como seu interesse pelos diversos campos de atuação na profissão. Acreditamos, portanto, que o incentivo em relação ao estudo e à projeção do patrimônio edificado, nas universidades, pode ser um fator de mudança na situação atual do país, onde diversos bens patrimoniais são perdidos devido ao descaso, falta de manutenção e uso inadequado dos edifícios históricos. A partir desta premissa procuramos conhecer como as disciplinas relacionadas a salvaguarda do patrimônio vem sendo aplicadas em algumas universidades em Curitiba e analisar a influência tanto dos métodos de ensino utilizados como das diretrizes educacionais governamentais em relação ao interesse do aluno neste campo de atuação. Do mesmo modo estudamos a atuação desta disciplina na Itália, onde desde 1925, os projetos de restauro são atribuição exclusiva dos arquitetos, garantindo, há quase cem anos, a formação de um profissional consciente de suas obrigações com a preservação dos bens históricos culturais.

1 Metodologia

Para a realização deste estudo foi realizada uma revisão bibliográfica - artigos e normativas brasileiras e estrangeiras - para compreender tanto o panorama legal como o teórico, no cenário do ensino da disciplina de patrimônio nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Para o levantamento quantitativo do recorte aqui feito foram selecionadas quatro universidades curitubanas, baseando-se nas últimas notas emitidas pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), número de ingressos e tipo da instituição - pública ou privada. Foram, também, contatadas as coordenações destes cursos analisados para solicitação dos seguintes documentos: grades curriculares, ementas das disciplinas, regimentos internos e listagens dos temas dos trabalhos finais de graduação (TFG ou TCC, como são chamados) de cada instituição.

2 As disciplinas relacionadas ao patrimônio, nos cursos de arquitetura e urbanismo

Infelizmente a história brasileira é marcada por inúmeros e recorrentes exemplos de perda de seu patrimônio. Dentre diversos exemplos, podemos citar o caso recente do Museu Nacional do Rio de Janeiro que, em setembro de 2018, perdeu não só grande parte do seu acervo mas também boa parte de sua estrutura num devastador incêndio que, presume-se, tenha ocorrido principalmente devido à falta de manutenção e fiscalização. Perdas históricas significativas, por diversas causas, sejam elas por “arruinamentos súbitos provocados por incidentes catastróficos causados por fatores antrópicos ou naturais” (guerras, demolições criminosas ou enchentes, por exemplo), ou então “derivados da incúria dos bens culturais” (onde se encaixa o caso do incêndio do Museu Nacional), são pontos importantes para discussão⁴ (RODRIGUES, 2018):

Há uma sensível diferença na interpretação simbólica de um arruinamento derivado de uma fatalidade como um sismo, uma enchente, ou até mesmo uma guerra, e a destruição de um patrimônio por negligência, em que se acrescenta à dor da perda o sabor amargo da culpa, na medida em que se interpõe a seguinte questão: essa destruição poderia ter sido evitada? (RODRIGUES, 2018)

4 RODRIGUES, A. R. O Museu Nacional do Rio de Janeiro: algumas asserções sobre as ruínas da incúria e do incidente. Revista Restauro, 2018.

Por não ser um fenômeno isolado e muito menos raro, estes “incidentes” se colocam como uma perda muito mais dolorosa para a história de um lugar, exatamente por materializar um processo recorrente de descaso com o patrimônio. A professora doutora da Faculdade de Arquitetura de São Paulo, Beatriz Mugayar Kühl, coloca a questão do patrimônio como uma incógnita⁵ em nossa sociedade, configurando-se mais como uma problemática do que como uma testemunha histórica propriamente dita:

No entanto, a verdade é que atualmente o papel dos monumentos para nossa sociedade não é nítido e não temos definidos os critérios para sua preservação, e isso transparece na falta de clareza conceitual de muitas de nossas ações em relação aos bens culturais. Cabe repensar a questão, voltar às suas raízes, e tentar voltar a entender por que preservar. Essa pergunta deveria levar ao “o que” preservar e, por conseguinte, ao como fazê-lo. (KÜHL, 2006)

E, a partir desta premissa, levantamos a questão de qual poderia ser uma das origens, dentre o que imaginamos serem várias, desta problemática. Entendendo como um processo longo, histórico e de dimensões consideráveis, levantamos o pressuposto de que o percurso formativo do arquiteto-urbanista, profissional com autoridade legal privativa⁶ de agir sobre o patrimônio, pode influenciar as ações posteriores à esta educação.

A ação de um arquiteto sobre um bem histórico deve se configurar como uma atitude crítica e bem fundamentada. Segundo o professor Giovanni Carbonara⁷, diretor da *Scuola di Specializzazione in Beni Architettonici da Università La Sapienza di Roma* (CARBONARA *apud* FARAH, 2012), o cenário brasileiro patrimonial é normalmente pautado no abandono, sofrendo muito mais pela ausência de manutenção e pelo uso inadequado do que por grandes desastres. Ele afirma ainda que, tanto no cenário brasileiro como italiano, existem ações incompatíveis com o bom restauro, demonstrando

5 KÜHL, 2006, p.34.

6 Mesmo com a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e o decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933, que regulamentam a profissão do arquiteto-urbanista, foi somente com a lei nº 12.378, sancionada em 2010, que o exercício da arquitetura foi individualizado das demais profissões. Estabelece no art 2º quais são as atribuições dos profissionais (tais como arquitetônico, urbanístico, paisagístico, patrimonial, etc). Discorre no Art 3º sobre as diretrizes curriculares a serem seguidas em território nacional e incube ao CAU-BR a responsabilidade de um posterior elenco das atribuições privativas e também compartilhadas do arquiteto. Com base nesta nova lei, em 2013, através da resolução de nº 51 do Conselho e, através da consideração da grade curricular da formação do arquiteto, foram estabelecidas as efetivas atribuições privativas do arquiteto.

7 FARAH, 2012, p.41.

uma insuficiência no conhecimento de base dos arquitetos-urbanistas.

Esta formação de base - a graduação - é responsável pelo primeiro contato do futuro profissional com os campos de atuação do arquiteto; é onde ele fundamenta o conhecimento adquirido. Segundo a professora Fabbri, que leciona na *Università degli Studi di Ferrara*, o percurso universitário oferece os fundamentos e as metodologias básicas de abordagem de um projeto sobre o construído, o que trabalha especificamente com o existente, é uma abordagem de extrema importância no caso de restauro, pois prepara o futuro técnico desta área sobre como se portar neste vasto cenário (FABBRI, 2004):

Grande parte da consciência do arquiteto-urbanista a respeito do antigo e, mais veementemente, sobre operar no preexistente, estrutura-se nos anos de sua formação universitária, constituindo um substrato fundamental para as futuras orientações e com repercussões diretas nas soluções projetuais. (FABBRI, 2004)

E, neste percurso formativo, a técnica, apesar de sua grande importância, não é o único conhecimento a ser passado adiante. É nas aulas ministradas nas universidades que a consciência ética do aluno, em relação ao seu futuro papel como técnico, deve ser despertada, ou seja, a postura profissional e responsável⁸ frente aos testemunhos históricos-culturais deve ser construída na graduação. A formação acadêmica, iniciada no curso de arquitetura e urbanismo, deveria ser suficiente para a consolidação de uma base sólida, que poderia se desdobrar em futuros aperfeiçoamentos e especializações.

Neste cenário, realizamos uma análise das instituições de ensino responsáveis pela formação de profissionais habilitados nesta área e buscamos estabelecer uma possível relação entre a formação destes profissionais e o trato com o patrimônio.

O ensino de arquitetura no Brasil se inicia quando, em 1816, com o decreto de D. João VI, se cria a primeira escola de Ciências, Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro. Passa, em 1822, para a recém-criada Academia Imperial de Belas Artes. A desvinculação entre arquitetura e artes ocorre apenas em 1945, quando o curso passa para a Universidade do Brasil (atual Universi-

8 Dentro da área patrimonial incluem-se o projeto e execução de intervenção nas mais diversas tipologias de patrimônio, a compatibilização dos projetos de preservação e complementares, a direção e fiscalização do serviço, assim como a realização de inventários, perícias, laudos e etc. de uma obra desta categoria, desempenho do cargo ou função técnica frente ao patrimônio e o ensino da teoria, técnica e projeto. (CAU/BR, RES. nº51, 2013)

dade Federal do Rio de Janeiro). No fim dos anos 60 e início dos 70 o Brasil vivencia uma reforma universitária de grande porte e, em 1968, através da lei nº 5540, com a proliferação do ensino universitário no Brasil e a necessidade de maior fiscalização, define-se currículos mínimos para as formações. Mesmo assim, as faculdades de Arquitetura não sofrem grandes mudanças estruturais até 1994, com a Portaria 1.770, onde define-se o currículo mínimo da graduação e, pela primeira vez, é inserida uma disciplina de patrimônio, “constituindo-se em conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais” (Portaria 1.770, 1994), chamada Técnicas Retrospectivas que abrange, como descrito no parágrafo 2º da Portaria, “conservação, restauro, reestruturação e reconstrução”.

Em 2010, através da resolução nº 2, o Ministério da Educação institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Esta resolução, diferentemente da portaria supracitada, no artigo 5º inciso X, ao descrever a formação e as competências que deverão ser abrangidas pela disciplina de Técnicas Retrospectivas traz “práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades”, aproximando, pela primeira vez, estes saberes com a prática projetual (apesar de, em muitas escolas, ela ainda ser tratada em separado das demais disciplinas de projeto como edifícios, interiores, paisagem e urbanismo).

Na Itália, o decreto nº 270 (2004) do Ministério Italiano *dell'Istruzione dell'Università e della Ricerca* estabelece que, para concluir o curso de graduação em Arquitetura, o estudante (período integral) deve realizar em média 60 créditos por ano (cada crédito correspondendo a 25 horas relógio de aula), podendo sofrer uma variação de apenas 20%, para mais ou para menos, em função das necessidades de cada curso e disciplina. Em 2007, o Ministério Italiano, seguindo as diretrizes da normativa europeia nº 85/384/CEE, decreta a necessidade de um ensino mais abrangente nas universidades de Arquitetura, e define que o arquiteto deve ter a competência de “interpretar, descrever e compreender problemas substanciais de uma área isolada de sua profissão, assim como, questões interdisciplinares” (Directiva do Conselho das Comunidades Europeias, 10 de Junho de 1985).⁹

9 Na Itália, com base no artigo 11 parágrafo 1, da Lei n. 341 de 1990, cada instituição de ensino superior tem liberdade para elaborar suas próprias normas e regulamentos didáticos de ensino para seus cursos de graduação. Para isso o reitor da universidade deve apenas promulgar um decreto, seguindo os pré-requisitos exigidos pelo Ministério Italiano, e passar por aprovação. Por decreto, existe a possibilidade de definição de nome e quantidade de créditos de cada disciplina, objetivos educacionais, e características de exame final para obtenção do diploma.

Conoscere approfonditamente gli aspetti teorico scientifici, metodologici ed operativi dell'architettura, dell'edilizia, dell'urbanistica e del restauro architettonico, ed essere in grado di utilizzare tali conoscenze per identificare, formulare e risolvere anche in modo innovativo problemi complessi o che richiedono un approccio interdisciplinare¹⁰
(Decreto Ministeriale, 2007)

A mesma normativa define, para o curso de Arquitetura, o mínimo de 156 créditos (25 horas relógio, cada) para a formação, o que corresponde a um total entre 3.120 a 4.680 horas relógio.

O sistema apresentado pela universidade italiana analisada neste artigo - *Università degli Studi di Ferrara* - apresenta o total de 300 créditos - 4.534 horas - que, em matérias teóricas, são divididos em 10 horas de atividades presenciais, realizadas em sala de aula, e 15 horas de estudo individual do aluno e, em matérias práticas, 12 horas de atividades presenciais e 13 horas de estudo individual, ou seja, é previsto no regimento que mais da metade das atividades da instituição serão realizadas individualmente e categorizando o ensino como de período integral.

Para a realização da análise comparativa e quantitativa entre o ensino da disciplina de patrimônio em Curitiba e Ferrara, foi realizado primeiramente um levantamento das universidades de Curitiba que oferecem curso presencial de Arquitetura e Urbanismo e, depois, estabelecidos alguns critérios para a seleção das que seriam selecionadas para o estudo.

Das 13 instituições de ensino com curso de Arquitetura e Urbanismo, na cidade, 7 iniciaram suas atividades entre os anos 2014 e 2018 e ainda não foram avaliadas pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituição que analisa a qualidade dos cursos de formação superior). Entre as outras 6 instituições de ensino já avaliadas pelo SINAES, levantamos as notas do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes): as duas universidades públicas existentes - Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) - tem nota 5, nota máxima. Dentre as instituições privadas, as maiores notas do ENADE ficaram entre a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e a Universidade Positivo (UP), com nota 3 e 4, respectivamente. Foi também levado em consideração o número de alunos matriculados nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e, dentre as privadas, as duas seleciona-

¹⁰ Conhecer em profundidade os aspectos teóricos, metodológicos e operacionais de arquitetura, construção, urbanismo e restauro arquitetônica, e poder usar esse conhecimento para identificar, formular e resolver de maneira inovadora problemas complexos ou aqueles que requerem uma abordagem interdisciplinar. Tradução realizada pelas autoras.

das são as que possuem o maior número de alunos e turmas ¹¹.

As universidades em Curitiba, citadas acima foram, juntamente com a *Università degli studi di Ferrara* (UNIFE), Itália - foram as selecionadas. Analisamos o ensino da disciplina de patrimônio em todas elas.

Começamos comparando a carga horária total dos cursos em relação à carga horária disponibilizada nas disciplinas relacionadas ao patrimônio (Conservação e Restauro). Através dos dados apresentados na figura 01 (abaixo), é possível observar que, em média, as universidades de Curitiba apresentam uma carga horária superior ao estabelecido nas diretrizes governamentais (que estabelecem um mínimo entre 3600 e 4000 horas) ¹². Contudo, confrontando a carga horária total dos cursos com as horas ofertadas para a disciplina de Conservação e Restauro, nas universidades de Curitiba, é possível observar que, em relação às horas/aula, a disciplina representa apenas entre 1,71% e 2,95% do ensino. Na universidade italiana, a disciplina representa 8% do total.

Figura 01 - Carga horária total do Curso x Carga horária da disciplina de Conservação e Restauro.



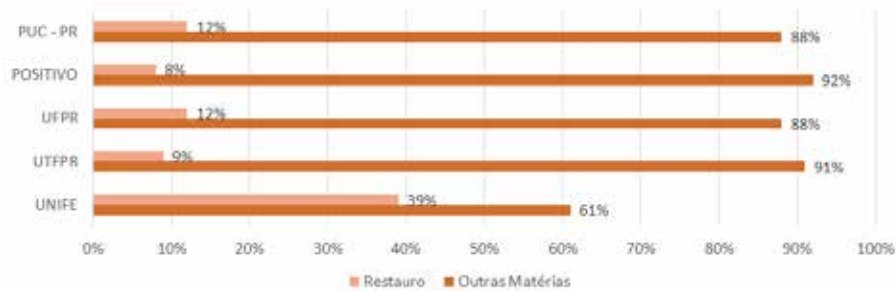
Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Ao analisar as matrizes curriculares, observa-se que existe uma hierarquia bem definida onde as disciplinas de projeto arquitetônico e urbano são priorizadas em relação às disciplinas de Conservação e Restauro, entre as universidades brasileiras e a universidade italiana (UNIFE). A seguir, na Figura 2, relacionamos o momento do curso (período/ano) em que a disciplina de Conservação e Restauro é inserida no curso, em confronto com a carga horária das demais disciplinas, no mesmo período:

¹¹ Informações disponíveis no site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior em: <http://emec.mec.gov.br/>

¹² Resolução do Ministério da Educação nº 2/ 2007

Figura 02 - Carga horária total do período/ano do curso x Carga horária Conservação e Restauro.



Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Enquanto as universidades curitubanas sobrecarregam os alunos com diversas outras disciplinas ministradas ao mesmo tempo que a disciplina de Conservação e Restauro: são entre 5 a 10 disciplinas no mesmo período/ano; entre elas, de 2 a 5 são disciplinas projetuais; a disciplina representa no máximo 12% das horas do período/ano, a universidade italiana procura oferecer uma quantidade menor de disciplinas - apenas 3 - no mesmo período/ano da disciplina de Conservação e Restauro: uma teórica, uma prática e uma de cálculo, proporcionando mais tempo para se dedicar a cada uma delas e, portanto, desenvolvendo trabalhos com mais qualidade.

Quadro 01 - Distribuição dos Períodos / Ano em que Conservação e Restauro é ministrada¹³.

Universi- dade	Período / Ano ¹	CH Pe- ríodo	NºMatérias Projetuais	NºMatérias Teóricas	NºMatérias Cálculo	Total	Estágio Obrig.
PU" C-PR	7º / 8º	978	4	2	1	7	Sim
UP	4º Ano	800	3	2	1	6	Sim
UFPR	7º / 8º	600	4 / 5	1 / 0	-	5	Não
UTFPR	5º / 6º	810	2 / 4	7 / 2	1	10 / 6	Não
UNIFE	1º Sem. do 3º Ano / 1º Sem. do 4º Ano	598	1	1	1	3	Não

Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Além da vantagem de cursar a disciplina de Conservação e Restauro juntamente com apenas outras duas disciplinas, o prazo para a realização dos trabalhos, e respectivas avaliações, é muito mais amplo. No sistema de

13 Documentação interna das universidades, disponibilizadas com restrições de uso/ divulgação.

educação italiano os professores têm até 2 meses para aplicar as provas ou solicitar a entrega de projetos podendo, dentro deste período, realizar mais de uma chamada, o que permite ao estudante a liberdade de organizar os dias dos seus exames acadêmicos da maneira mais conveniente. Cenário que, por exemplo, não acontece na PUCPR, onde são previstas 2 semanas, por semestre, para as entregas e avaliações (dentro desse prazo, em específico no 7º e 8º período, momento em que ocorre a disciplina em estudo, o aluno deve conseguir dividir o seu tempo entre a entrega de 4 grandes projetos - Projeto Arquitetônico, Projeto de Conservação e Restauro, Projeto de Planejamento Urbano e Projeto de Paisagismo Escala Urbana - 3 provas ou trabalhos teóricos e estágio obrigatório).

A partir do levantamento destes dados e, com o pressuposto de que o percurso acadêmico pode ser o responsável por despertar o interesse do aluno em áreas específicas da profissão, realizamos um levantamento dos trabalhos de conclusão de curso realizados pelos estudantes, no Brasil chamado de Trabalho Final de Graduação (TFG) ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, na Itália, de *Tese di Laurea*. Como última etapa da formação, este trabalho se configura não só em um reflexo, mas também como uma síntese, do que foi assimilado durante os anos da graduação.

O TFG, de acordo com a resolução nº 2 de 2010, do Ministério da Educação, é de temática livre do estudante, desde que se encaixe nas áreas de atuação do arquiteto-urbanista; cabe a cada universidade estipular diretrizes específicas, em regimento interno, para o desenvolvimento desta etapa. No caso da PUCPR, por exemplo, o regimento prevê que a escolha da temática “deverá necessariamente contemplar proposições nas áreas de arquitetura, urbanismo e paisagismo” e relaciona como ênfase projetual as demais áreas atribuídas ao exercício do profissional arquiteto urbanista (arquitetura, urbanismo, paisagismo, arquitetura de interiores, conservação e restauro)¹⁴. O regulamento da UP ocorre de modo análogo: segundo Art. 12 parágrafo 1, da normativa de TCC de Arquitetura e Urbanismo da universidade, “o tema do TCC deverá contemplar necessariamente proposições em área de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, suscetível de produzir projeto”¹⁵. Na Universidade Federal do Paraná, que mantém o padrão das universidades privadas, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o trabalho final de seus alunos deve “necessariamente abarcar o projeto de edifício ou de espaço livre nas escalas local, urbana ou metropolitana (projeto de edificação, projeto de urbanismo ou projeto de paisagismo)”¹⁶. Na

14 Documentação interna da Universidade PUCPR, de divulgação restrita.

15 Documentação interna da Universidade UP, de divulgação restrita.

16 Documentação interna da Universidade UFPR, de divulgação restrita.

seção III do art. 43 das Instruções Específicas do TCC, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UTFPR, estão definidas 3 subáreas do curso onde o trabalho deve ser desenvolvido, entre elas, assim como nas universidades anteriores, estão somente Projeto de Arquitetura (o projeto de intervenção em patrimônio é um projeto de arquitetura mas não é aceito, nos trabalhos finais de graduação, se não incluir uma estrutura nova), Urbanismo ou Paisagismo.

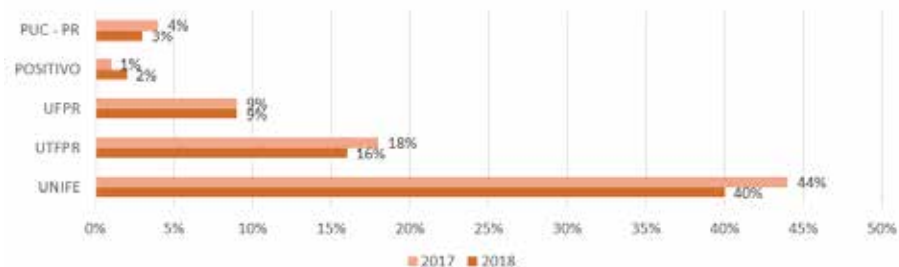
A partir destes dados é possível perceber, de certa forma, o não incentivo para a realização de projetos de conservação e restauro no âmbito acadêmico. Por todo o exposto, ou seja, ofertar disciplina de Conservação e Restauro com uma carga horária muito pequena em relação à carga horária total do curso e de, através das normativas do TFG/TCC, não aceitar o desenvolvimento de projetos relacionados exclusivamente à área de patrimônio, podemos nos arriscar a dizer que os cursos acabam não contribuindo com a devida conscientização dos futuros arquitetos sobre o seu importante papel na preservação dos bens patrimoniais.

Na UNIFE, Itália, é possível visualizar uma abordagem diferente em relação aos trabalhos da *Tese di Laurea*: os alunos, no 5º ano de estudo, tem a possibilidade de escolher entre 5 cinco Laboratórios de Síntese Final (que chamaremos de LSF), que orienta a preparação do projeto de tese (trabalho final), dentro das diversas áreas de atuação do profissional arquiteto. Os laboratórios são divididos em A, B, C, D e E, que correspondem respectivamente ao desenvolvimento de projetos arquitetônicos, projetos de restauro, projetos de conforto arquitetônico e tecnologias construtivas, projetos de urbanismo e projetos de paisagismo¹⁷. Na universidade italiana, o Restauro é considerado uma disciplina projetual.

A partir destas informações e querendo saber se o interesse pela área de Conservação e Restauro aparece, mesmo que de forma velada, nos trabalhos finais de graduação, realizamos um levantamento dos títulos dos trabalhos entregues, nos últimos 2 anos, nas universidades em estudo. O critério era buscar, no título, palavras-chave como: restauro, preservação, revitalização, reestruturação, requalificação, retrofit, intervenção em patrimônio, reciclagem, *progetto di restauro, riuso, rigenerazione, riqualificazione, recupero, interventi nell'edilizia esistente*. Menções a projetos relacionados com edificações existentes, também foram consideradas.

A figura abaixo apresenta a síntese das informações coletadas:

17 O número de laboratórios pode sofrer alterações com o passar dos anos, porém são compostos essencialmente de quatro áreas do curso de arquitetura, de acordo com o regimento interno da UNIFE.

Figura 03 - Porcentagem de TFG com temas de Conservação e Restauro.

Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Como se pode ver, existe uma diferença muito grande entre as universidades: a UNIFE apresenta um número expressivamente alto de pesquisas e projetos desenvolvidos nesta área quando confrontada com as instituições brasileiras, que não alcançam nem a metade do seu percentual. Levantamos alguns motivos para justificar a baixa ocorrência de trabalhos de TFG nas instituições de Curitiba. O primeiro se refere ao fato que, mesmo havendo inicialmente, por parte do estudante, um desejo em desenvolver um trabalho nesta área, ao tomar conhecimento do regulamento de TFG (que acaba ocorrendo mais perto do final do curso), tenha desistido de fazê-lo, justamente porque o trabalho não poderia ter como foco único a questão do patrimônio construído. Outra razão para o baixo número de trabalhos encontrados pode estar relacionado ao fato de que, justamente pelo trabalho ter que ser uma parte do projeto final, os títulos dos trabalhos não contemplem as palavras-chaves que estabelecemos como critério de mapeamento, não tendo sido, portanto, contabilizados no estudo (como dito anteriormente, analisamos os títulos dos trabalhos e não os trabalhos em si).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário patrimonial brasileiro encontra-se atualmente em uma situação de abandono, com inúmeros exemplos de perdas materiais resultantes da falta de atenção e manutenção. O aparente descaso com o patrimônio cultural se coloca como uma problemática na nossa sociedade atual. Reconhecer a importância da formação do profissional arquiteto-urbanista, responsável por lei por gerenciar projetos de conservação e restauro é reconhecer, de certa forma, a importância dada à esta área da nossa sociedade.

Tomamos como premissa que o ensino da disciplina chamada Técnicas Retrospectivas, ou Conservação e Restauro, pode não receber a devida importância na formação de base do profissional, seja pela pequena car-

ga horária da disciplina dentro dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, seja pela pouca ocorrência de temas de projetos apresentados através dos trabalhos finais de graduação. Este fato, dentre tantos outros, poderia explicar o pouco interesse na área no exercício da profissão do arquiteto-urbanista.

A partir do levantamento dos dados apresentados conclui-se que, principalmente quando comparada à universidade italiana analisada, existe uma hierarquia muito clara das disciplinas dentro da grade curricular dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e a disciplina de Conservação e Restauro não ocupa um lugar de importância nesta relação. A quantidade efetiva de horas aula ofertadas pelas universidades de Curitiba para o ensino, tanto da teoria quanto da prática de Conservação e Restauro, encontra-se muito aquém da oferecida pela *Università degli Studi di Ferrara*. Como reflexo disto, podemos também justificar a grande diferença no número de trabalhos finais de graduação apresentados pelos estudantes.

O entendimento da disciplina de Conservação e Restauro como uma disciplina projetual autônoma coloca-se como um fator importante para a mudança deste cenário, seja na academia como na vida profissional do arquiteto-urbanista. Mais do que técnicas e teorias, pensar e trabalhar com o patrimônio construído é um processo de escolhas críticas e cuidadosas, que deve ser fundamentado nos conhecimentos adquiridos principalmente na formação de base.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Portaria ministerial nº 1.770 de 21 de dezembro de 1994. Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_351157_PORTARIA_N_1770_DE_21_DE_>. Acesso em: 23 maio 2019.
- BRASIL. *Resolução ministerial nº2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- BRASIL. *Ministério da educação - Comissão de especialistas de ensino de Arquitetura e Urbanismo. Perfis da área e padrões de qualidade*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ar_geral.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- BRASIL. *Resolução ministerial nº2, de 17 de junho de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº6/2006*. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2010-pdf/5651-rces002-10>>. Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs e da outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm>. Acesso em: 23 maio 2019.

CAU/BR. *Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013. Dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências*. Disponível em: <<https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao51/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

CAU/RJ. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. *Duzentos anos do ensino de arquitetura no Brasil: história e reflexões*. Disponível em: <http://www.iab.org.br/noticias/duzentos-anos-do-ensino-de-arquitetura-no-brasil-historia-e-reflexoes>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FABBRI. R. *Conservare l'antico: la formazione nelle discipline del Restauro Architetonico alla Facoltà di Architettura di Ferrara*. In: MAIETTI. *Dalla grammatica del paesaggio alla grammatica del costruito: territorio e tessuto storico dell'insediamento urbano di Stellata*. Firenze: Nardini, 2004.

FARAH. A. P. *Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação patrimônio edificado - o caso das escolas do Estado de São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em história e fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FARAH. A. P. *Restauro arquitetônico: o cerne é a educação*. *Oculum ens. Campinas*, n. 10, v. 2, p. 267-278, jul.- dez. 2013.

ITÁLIA. *Directiva do Conselho das Comunidades Europeias 10 de Junho de 1985. Directiva do Conselho 85/384/CEE*. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:1985L0384:19901212:PT:PDF>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

ITÁLIA. *Ministero Italiano dell'istruzione dell'università e della ricerca - Decreto Ministeriale 16 marzo 2007, Pubblicato nella Gazzetta Ufficiale del 9 luglio 2007 n. 155. Determinazione delle classi di laurea magistrale*. Disponível em: <<http://attiministeriali.miur.it/anno-2007/marzo/dm-16032007.aspx>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

ITÁLIA. *Ministero Italiano dell'istruzione dell'università e della ricerca - Decreto*

22 ottobre 2004, n.270Pubblicato nella Gazzetta Ufficiale 12 novembre 2004 n.266. Modifiche al regolamento recante norme concernenti l'autonomia didattica degli atenei, approvato con decreto del Ministro dell'università e della ricerca scientifica e tecnologica 3 novembre 1999, n. 509. Disponível em: <http://www.miur.it/0006Menu_C/0012Docume/0098Normat/4640Modifi_cf2.htm>. Acesso em: 3 jun. 2019.

ITÁLIA. Regio Decreto 23 Ottobre 1925, n. 2537 - Regolamento per le professioni d'ingegnere e di architetto. Pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 37 del 15 febbraio 1926. Disponível em:<<http://www.ordineingegneri.ve.it/utigli/deontologia/leggi-professionali/3.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2019

KÜHL, B. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. *Revista CPC*, n. 1, p. 16- 40, 1 abr. 2006.

RODRIGUES, A. O Museu Nacional do Rio de Janeiro: algumas asserções sobre as ruínas da incúria e do incidente. *Revista Restauero*. Disponível em: <<http://web.revistarestauero.com.br/o-museu-nacional-do-rio-de-janeiro-algumas-assercoes-sobre-as-ruinas-da-incuria-e-do-incidente/>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

(Footnotes)

- 1 A diferença se dá pela estruturação do curso em cada universidade, anual ou semestral. No caso da universidade italiana as aulas relativas à Conservação e Restauro, teórico/prático, ocorrem em anos diferentes.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019